



# NÓ PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

B I S S A U

## Bombardeamento sul-africano mata 62 pessoas em Angola

LUANDA — A aviação racista sul-africana voltou a atacar na quarta-feira de manhã a capital da província angolana de Huíla, Lubango, onde causou 26 mortos e 80 feridos entre a população civil.

Um comunicado do ministério angolano da Defesa anunciou que outro bombardeamento sul-africano sobre a cidade de Xangongo, na província do Conene, fez 36 mortos e 42 feridos.

Assiste-se actualmente a uma intensificação das agressões sul-africanas contra o território soberano de Angola. Já na altura em que se realizavam em Luanda as cerimónias fúnebres do camarada presidente Agostinho Neto, tropas racistas da África do Sul e grupos fantoches da Unita, apoiados por artilharia pesada e tropas heltransportadas, destruíram algumas aldeias da fronteira sul de Kuando-Kubango e toda a área que compreende as comunas de Cuamato, Chetequera e Naulil, provocando a morte e a fuga entre as populações civis.

Em resposta a estas agressões, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) lançaram no dia 16 do corrente mês uma operação ofensiva de controlo da segurança na fronteira sul de Kuando-Cubango, tendo expulso os agressores, permitindo assim o regresso das populações aos seus locais de habitação e de trabalho.

Recorde-se que durante a cerimónia de investidura, o novo presidente da República Popular de Angola, camarada Eduardo dos Santos, apontaria como uma das tarefas prioritárias do seu mandato a defesa da integridade territorial, o fortalecimento das forças de segurança e defesa «para que as nossas fronteiras se tornem invioláveis».

## China financia a construção de um hospital em Cantchungo e melhoramentos no estádio

A construção de um novo hospital em Cantchungo, o melhorando do Estádio Lino Correia e a criação de um centro artesanal, estiveram na base das conversações mantidas na capital chinesa por uma delegação do nosso Governo, que visitou aquele país amigo, a convite da Associação de Amizade do Povo Chinês para com o Estrangeiro.

A delegação, chefiada pelo camarada Paulo Correia, membro do CEL do Partido e Comissário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, e integrada pelos camaradas Bacar Cassamá, chefe da casa civil da Presidência e Leonel Vieira, director dos Assuntos Administrativos do Comissariado dos Negócios Estrangeiros, analisou com as autoridades chinesas a evolução dos projectos que a China financia no país.

Durante a sua estadia, a delegação, que incluía ainda um representante dos CLP e do Desenvolvimento Rural, visitou várias províncias do interior, onde pode apreciar o desenvolvimento que o povo chinês já alcançou em diversos domínios, e, sobretudo, nos que se relacionam com os domínios que abrangem a cooperação entre os dois países.



Aspecto da inauguração da semana da RDA

## RDA: 30 anos de solidariedade — pág. 8

## Nova Convenção de Lomé será assinada em Novembro

A nova convenção de (Lomé-2) será assinada entre 31 de Outubro e 6 de Novembro, na capital, togolesa, de acordo com a decisão, por votação dos ministros dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e da Comunidade Económica Europeia (CEE), reunidos em Bruxelas, capital da Bélgica, nos dias 13 e 14 do corrente mês.

Segundo o camarada Vasco Cabral, Comissá-

rio de Estado da Coordenação Económica e Plano, que chefiava a nossa delegação às conversações, a nova Convenção, válida por um período de cinco anos, não satisfaz inteiramente todos os desejos dos ACP, mas corresponde a interesses comuns às duas partes. O referido documento tem vantagens em relação à anterior convenção porque, segundo ele reflecte maior maturidade,

maior experiência e conhecimento recíproco entre os países ACP e os da CEE.

«Claro que nós também não podemos ter a pretensão de rapidamente criar uma nova ordem económica internacional. Ela tem que ser criada através de uma luta, comum e os nossos países — ACP — esforçam-se no sentido de exactamente conseguir esse objectivo», disse o Comissário Vasco Cabral. Por outro lado, informou que, no plano da ajuda

alimentar ao país, para fazer face ao ano agrícola, a Guiné-Bissau vai beneficiar de uma ajuda



Vasco Cabral: resultados positivos nas conversações

(Continua na página 8)

## ● Conferência do Desporto debate êxodo de jogadores (pág. 6)

### Editorial

ENTRE o possível e o impossível, alguns homens escolheram o impossível. Na política. Na economia. Na guerra. Em tudo. Homens certamente equivocados. Afinal, o importante na vida, é fazermos tudo ao nosso alcance para que as obras possíveis não se façam impossíveis. Porquê e para quê o desgaste de energias e tempo à procura do impossível? Nada menos revolucionário que tentar iludir o compatriota do lado com espertezas secundárias e um certo número de habilidades inferiores, com que alguns tentam «demonstrar» capacidades que não possuem. A capacidade, num homem, num país, não é uma coisa imaginária, não é uma esperteza momentânea ou uma «aldrabice» colorida com papeis bonitos. A capacidade é só isso: capacidade. Uma coisa real, que se exerce e que dá frutos sociais. A mentira e o «golpis-

mo» sociais, foram sempre aliados do atraso das massas, e representam desde há muito, componentes da actividade reaccionária. Saber reconhecer que não se sabe ou não se pode fazer determinada coisa, é a atitude de quem soma o seu esforço à tarefa de transformar as mentalidades e de ajudar a criar um mundo de gente simples e honesta, com os pés bem assentes no solo. Um mundo melhor, em resumo.

PODEMOS aplicar a essência destas considerações aos variadíssimos campos da vida nacional. E, em qualquer deles, poderemos concluir que certos níveis de animação criadora foram possíveis porque muitos de nós queremos, realmente, aprender, partindo duma consciente avaliação daquilo que já sabemos, que já aprendemos ou que ainda não sabemos. Seja como for, já demos passos concretos. Os

camaradas sabiam, por exemplo, que as próteses para os nossos diminuídos ou mutilados de guerra são fabricadas no nosso país, com a ajuda de técnicos estrangeiros, é certo, mas com uma expressiva participação da nossa mão de obra especializada? É apenas um exemplo. Entretanto, podemos derivar para outro tipo de situações em que, de facto, precisamos de aprender ou de evoluir, mediante a implantação de novas condições, de novas estruturas, mas sem que por isso deixemos de ter consciência da nossa realidade. Digamos, por exemplo, que o nosso Desporto, quando encarado como o Desporto possível, como o Desporto que podemos praticar, é o melhor dos Desportos. Ou seja, o melhor Desporto é igual, em qualidade.

(Continua na pág. 8)

## Os Supermercados de Bissau

Camarada Director:

Mais uma vez, na minha qualidade de assíduo leitor do nosso prezado trisemanário, venho solicitar a publicação desta minha carta, na habitual coluna «Dos Leitores».

O nosso valente povo, tem estado a conquistar vitórias na consolidação da nossa independência, alcançada à custa de sacrifícios consentidos pelos heróicos filhos desta Pátria bem amada.

As vitórias de que estou a falar continuam agora com a recente inauguração da fábrica de montagem da «Citroen», da inauguração do Supermercado da SOCOMIN e de um outro supermercado a ser inaugurado brevemente na mesma, as «Galerias d'Amura».

É de louvar esta iniciativa do Estado em dotar o nosso povo com estas poderosas armas de combate contra os que não pensam em nada, senão enriquecer à custa dos sacrifícios dos filhos da nossa terra; mas, por outro lado, o único inconveniente que daí advém, é o facto de estes dois supermercados ficarem situados quase que na mesma zona. Isto porque, localizados como estão, não contribuem em nada, na política de espalhar os géneros pelas diversas zonas. Se não pode ser agora, em todas as regiões, devido a problemas de vária ordem e escolheu-se Bissau por uma certa prioridade, penso que estas lojas podiam situar-se nas diversas partes da capital, uma vez que, só assim, é que contribuirão para um melhor escoamento dos produtos procurados. Imaginem uma pessoa que viva por exemplo em Antula; com toda esta deficiência que existe nos transportes públicos, como poderá este camarada deslocar-se às zonas em que se encontram os supermercados, para aí fazer as suas compras?!

Uma vez chegado ao Supermercado, depara-se-lhe uma enorme bicha, claro está, outros que também moram longe vêm fazer compras, tem dificuldades em encontrar alguma coisa, depois da qual tem uma vez mais de enfrentar o problema dos transportes.

Repiro mais uma vez que, foi uma grande vitória do nosso povo esses supermercados, no entanto, só apelo para que se situem em zonas de maior acesso às populações, de maneira a facilitarem o processo de abastecimento ao que diz respeito aos produtos de primeira necessidade.

MOHAMED LAMINE

## Fraca participação no Comité de Missira

Os militantes do Partido no Bairro de Missira, reelegeram no domingo, para mais um mandato, os seus seis elementos do Comité local. A cerimónia foi presidida pelo Secretário de Organização do Partido no Sector Autónomo de Bissau, camarada Francisco Sifna. Esta eleição, enquadra-se na reestruturação dos Comités de base do Partido, em curso na capital.

O Presidente do Comité de Base, camarada José Lopes Correia, apresentou aos militantes e simpatizantes que assistiram à reunião, um balanço resumido e factual das actividades, falhas e avanços do Comité local, tendo considerado baixos os resultados verificados nos últimos anos,

no que concerne à participação da população nas tarefas partidárias, sobretudo em reuniões. Ele justifica as causas, por um abandono quase total dos antigos militantes da clandestinidade, no engajamento nas actividades partidárias, e devido ao encerramento dos Armazéns do Povo no bairro, devido aos roubos. Criticou duro o organismo de base da JAAC em Missira, cuja existência considera «não se verificar na prática». «Para os militantes do Partido e para a JAAC no bairro, dou-lhes a carta branca para nos criticarem por seu lado» — disse Lopes Correia.

O presidente do Comité referiu-se depois às dificuldades encontradas no aspecto da renda e

fixação da sede do Partido (que até hoje ainda não tem uma solução definitiva e de outras implicações da separação, há 3 anos, do Comité de Missira ao de Belém. Por fim, felicitou o papel da organização das mulheres e do responsável pela Informação e Propaganda, no cumprimento das missões que lhes foram confiadas.

Por seu lado, Francisco Sifna condenou aqueles que ontem foram nos momentos difíceis de clandestinidade, activos militantes e tornaram-se hoje falsos militantes. «Terá sido por desespero ou por não conseguirem ver a razão que os levou ontem a militarem-se? Creio que são especialmente aque-

les que, não compreendendo ontem a razão da luta, hoje consideram inútil o seu esforço pela libertação. E é compreensível essa fraqueza, porque estamos numa luta diferente, a mais difícil: a da construção de uma economia nacional independente» — disse o camarada Francisco Sifna.

Referindo-se à falta de géneros no país, que afecta grandemente o abastecimento aos bairros, aquele responsável do Partido no Sector Autónomo, delineou as diferenças do sistema de importações e abastecimento da então colónia da «Guiné-Portuguesa» e da actual Guiné-Bissau independente, que quer libertar-se da economia internacional.

## «Formação Militante» editado para animadores culturais

O Comissariado de Estado da Educação Nacional, através do Departamento de Educação de Adultos, editou recentemente um caderno «Formação Militante», que abre um capítulo fundamental na formação dos animadores culturais.

Segundo o pequeno artigo de introdução, «sendo a Alfabetização uma parte fundamental da política cultural do PAIGC, ela é acto político para o qual cada animador deve estar preparado para enfrentar e dinamizar. Nesse sentido, pre-

paramos este material de apoio contendo extractos da obra do militante número um do nosso glorioso Partido e fundador da nacionalidade, camarada Amílcar Cabral. Tais escritos, fruto de uma reflexão profunda dos problemas dos nossos povos da Guiné e Cabo Verde, de África e do Mundo, constituem um instrumento precioso na nossa acção, para a compreensão e melhor entendimento de vários aspectos da nossa realidade, da evolução da nossa luta no sentido da reconstrução do progresso

na nossa terra».

Este caderno foi editado em Dakar e impresso em offset, com a colaboração financeira da Suco (Serviço Universitário Canadiano-Ultra-Mar) e, dentro em breve, outros documentos pedagógicos serão editados com o financiamento deste organismo.

A revista «Formação Militante», tem temas relacionados com alguns tipos de resistência, nomeadamente, a resistência política, económica, cultural, e armada.

## Actividades da OPAD

Teve lugar ontem, na sede da Juventude Africana Amílcar Cabral, uma reunião da comissão nacional da Organização dos Pioneiros Abel Djassi, na qual tomaram parte os primeiros responsáveis regionais desta organização.

O objectivo da referida reunião, é o de discutir e preparar até ao último pormenor, a 1.ª Assembleia da OPAD, que terá lugar de 13 a 15 de Dezembro próximo. De salientar que, estiveram presentes os responsáveis de Bafatá, Cacheu, Oio e Buba.

## Responde o povo

### Como encara a evolução da música nacional?

A música na Guiné-Bissau: um instrumento cultural, cujo desenvolvimento, no processo da Revolução, nunca pode ser minimizado. Como tal, o nosso Estado reserva para ela um lugar de destaque, sempre assinalado nos projectos do Governo, ligados ao sector artístico-cultural. Apontam-se alguns passos já dados, fruto de esforços individuais e colectivos dos principais grupos musicais. Mas, muito falta ainda para convencer as massas populares, portadoras da essência cultural. O público compartilha desta situação e o «N.P.» dispensou estas colunas para ouvir, de algumas pessoas, opiniões sobre o assunto:

**BACAR SANI, desempregado, 21 anos de idade** — «O desenvolvimento da música nacional? Bem, eu não estou concentrado para falar disso a fundo... De qualquer forma, os conjuntos estão a fazer alguma coisa que podemos considerar de aceitável. Por exemplo, aprecio muito as canções do Cobiana Jazz. É um

agrupamento integrado por elementos já com uma certa aprendizagem orquestral, o que, enfim, lhes irá facilitar o avanço».

«Por outro lado, a música de corá, representa para mim, um campo vasto de valorização da nossa música tradicional. Digo isso, sem intenção de realçar a cultura artística

da etnia a que pertencemos, sobretudo, porque a música e as canções de corá conseguem fazer-me meditar o sentimento do povo. Eu vivo o conteúdo dessa música».

#### VARIAR O CAMPO DAS INTERVENÇÕES

**FRANCISCO MANUEL LOPES, 20 anos, estudante** — «No ponto de vista pessoal, penso que os nossos artistas musicais limitam-se, hoje em dia, a cantar a política só em si. É lógico que a política englobe a maior parte daquilo que a gente faz. Porém, eu entendo que o povo ainda possui um nível baixo, no que diz respeito à capacidade de compreensão e interpreta-

ção, o que, em contrapartida, conduz, certas vezes, a uma interpretação errada do conteúdo das canções».

Por isso, julgo conveniente variar o campo das interpretações da música, de modo a ter uma aceitação em diferentes camadas sociais. O nosso povo tem ricas fontes culturais nas quais, a música moderna deve apoiar-se».

#### DETURPAÇÃO DA MÚSICA TRADICIONAL

**ANTÓNIO IALÁ, 30 anos, técnico meteorológico** — «Neste momento, a música nacional é... Bem! Sejamos mais moderados. Para ser franco, digo que

a música tradicional está a ser deturpada. Os nossos artistas da cidade, quando pegam numa música folclórica, não a sabem orquestrá-la bem. Ao introduzi-la numa melodia, esmagam-na no espaço e em ritmos ocidentais. Os nossos músicos devem ir mais vezes às fontes da cultura popular aprender com o camponês e voltar as cidades a fim de interpretar, sem deturpações, a voz do povo, a cultura tradicional genuína».

«O que justifica todos os desvios a que me referi, é particularmente à falta de conhecimento, por parte dos nossos jovens, de premissas indispensáveis numa música. Espero que as coisas se

modifiquem no futuro, com a criação da Escola Nacional de Música».

#### FALTA DE COMPETIÇÃO

**ROGÉRIO DA SILVA, 32 anos, Tipógrafo** — «Realmente, a música da Guiné-Bissau está numa fase favorita para o seu desenvolvimento. O certo é que, a evolução verificada nos primeiros anos de independência, começou a reduzir gradualmente. O que se nota nisso, é uma falta de espírito de competição entre os artistas. Pois, eu acho que, é no querer fazer o melhor em relação aos colegas, que as pessoas criam boas coisas».

## Principal objectivo do CENFA

## Criar bons quadros gestores e não puros burocratas

Possíveis alterações ao funcionamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo (CENFA), de forma a permitir-lhe uma maior inserção nas necessidades da administração caboverdiana, poderão resultar da estadia no país de cinco assistentes universitários do Instituto Superior de Economia de Lisboa, no âmbito da cooperação que se vem desenvolvendo entre o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) e o CENFA, com o apoio do Governo português.

Efectivamente, o relatório que será apresentado aos responsáveis do CENFA, no final da estadia dos assistentes portugueses e brasileiros que, na sequência dos contactos que vêm sendo efectuados com vários responsáveis da administração caboverdiana, poderá propor inovações que visarão aliar cada vez mais o CENFA às necessidades e objectivos do país.

Numa entrevista concedida ao semanário «Voz do Povo», o jurista e assistente do Instituto Superior de Economia de Lisboa, dr. Amadeu Lopes Sabino, salienta que «o nosso trabalho consiste em dar um parecer aprofundado acerca do funcionamento, dos objectivos e das estruturas que, cria-

das em Agosto do ano passado, acabam de cumprir o seu primeiro ano de funcionamento. Sendo uma experiência pioneira em Cabo Verde, o CENFA deverá ser visto à luz das

apoiar os seus responsáveis na tarefa de ligar cada vez mais os objectivos dessa instituição escolar, às realidades do país».

Para o cumprimento cabal da sua missão de

cimento das realidades da Administração caboverdiana e, de um modo geral, de todo o país, porquanto, serão os serviços administrativos e as empresas públicas que vi-

diversas visitas e contactos, tendo como principal objectivo uma avaliação das necessidades de formação de um novo tipo de funcionários ao serviço de uma sociedade também nova, que se pretende construir em Cabo Verde e com vista a um permanente apoio ao CENFA, vêm sendo realizados pelo grupo de cinco técnicos portugueses e brasileiros (três juristas e dois economistas).

A necessidade de formação de um novo tipo de funcionários explica-se, pela necessidade da criação de um homem novo que se insira, na nova sociedade que se quer construir em Cabo Verde, interventor na economia e na vida quotidiana. «Há que criar quadros gestores para o novo tipo de sociedade que Cabo Verde preconiza e não puros burocratas» — acrescentou o dr. Lopes Sabino, no decurso da entrevista.

Contudo, a concretização dessa ambição parece, revestir-se de um certo número de problemas, no que diz respeito à criação de estruturas adequadas e que permitam também um ensino adequado.

O dr. Amadeu Lopes Sabino explica, a este respeito, que o CENFA

pode correr o risco, aliás como todas as escolas do tipo, em qualquer parte do mundo, de ministrarem ensinamentos fundamentalmente teóricos e académicos, desligados da grande medida da realidade do país e das várias práticas quotidianas do povo caboverdiano.

«Achamos que, Cabo Verde necessita de uma escola de formação integrada de quadros, tanto para o sector público (função pública e empresas públicas), como para o sector de produção popular, incluindo as próprias actividades produtivas».

Quadros com formação multifacetada, simultaneamente, com bons fundamentos teóricos e profunda capacidade de intervenção prática nos domínios de gestão, de análise económica, etc., que tenham conhecimentos suficientes desde a dactilografia até à História e Geografia dos povos caboverdiano e guineense; que estejam profundamente empenhados na vida do seu povo», — frisou ainda o jurista Lopes Sabino.

## O que é o CENFA?

Criado em Agosto de 1978, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo tem como principal objectivo a formação e o aperfeiçoamento de funcionários que deverão ser mais tarde absorvidos pela Administração de Cabo Verde ao nível de primeiro oficial e chefe de repartição.

Os cursos de formação que essa instituição escolar ministra têm a duração de cerca de dois anos, que compreendem uma parte escolar de um ano e meio estágio de seis meses. A parte escolar divide-se em duas partes, sendo a primeira, um ciclo geral durante o qual o aluno aprenderá noções gerais

sobre as diversas matérias que estuda e a segunda, um ciclo de especialização nos domínios que o aluno virá futuramente trabalhar. O estágio de seis meses em que o aluno deverá fazer no Ministério ou departamentos ligados aos domínios em que estiver especializado, compreende, nomeadamente um estágio de três meses, de iniciação e outro de integração, mais três meses.

Efectivamente desde a independência que se punha o problema da criação de uma nova administração capaz de responder às exigências de um novo tipo de sociedade. A primeira experiência em ter-

mos e formação de quadros para a administração pública, o CENFA, que está ligado à Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, possui cerca de 50 alunos que acabam de terminar o seu primeiro ano lectivo com bom aproveitamento.

Embora não disponha de estruturas adequadas para o seu funcionamento efectivo por vir operar em regime experimental, o CENFA formará funcionários para quatro especializações e vocações diferentes: Administração Geral, Administração Laboral, Administração Jurídica e Administração Económica e Financeira.

realidades e das necessidades da administração caboverdiana, e de um modo geral, da formação social caboverdiana. Assim, o nosso objectivo é

45 dias, que se enquadra na frutuosa cooperação que a CIDAC vem desenvolvendo com as antigas colónias portuguesas, torna-se necessário o conhe-

ção a beneficiar em primeiro lugar de trabalho de formação em que o CENFA se encontra empenhado.

É nesse âmbito que,

## Chegou a hora de acabarmos com os erros dos responsáveis

«Hoje, neste Seminário, chamo a atenção dos camaradas para tudo quanto já criticámos, através doutras conversas. E chamo a atenção dos camaradas para o facto de que, chegou a hora de acabarmos com os erros dos responsáveis, camaradas».

É a voz do camarada Amílcar Cabral, dirigindo-se aos participantes no Seminário de Quadros de 1969. E prossegue:

Chegou o momento de acabarmos com os responsáveis que, quando recebem as palavras de ordem do Partido, deitam-nas para o lado, guardam-nas para não se perderem, mas não as lêem. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis ou dirigentes que nunca fazem um relatório sobre a situação do seu trabalho.

Chegou a hora de acabarmos com os responsáveis de qualquer nível, mesmo dirigentes do Partido,

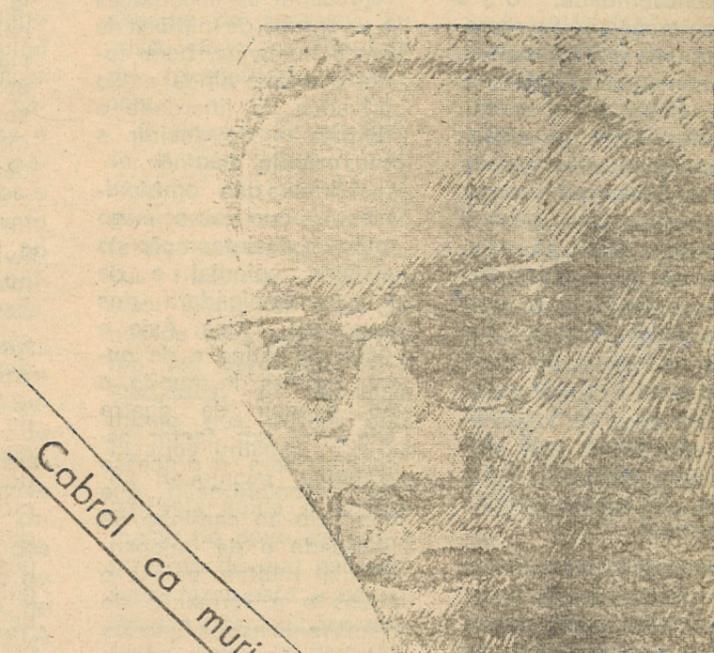
que preferem a paródia à vida séria, de trabalho e de estudo. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que têm mais do que uma mulher e que, na luta, têm feito mais filhos do que trabalho.

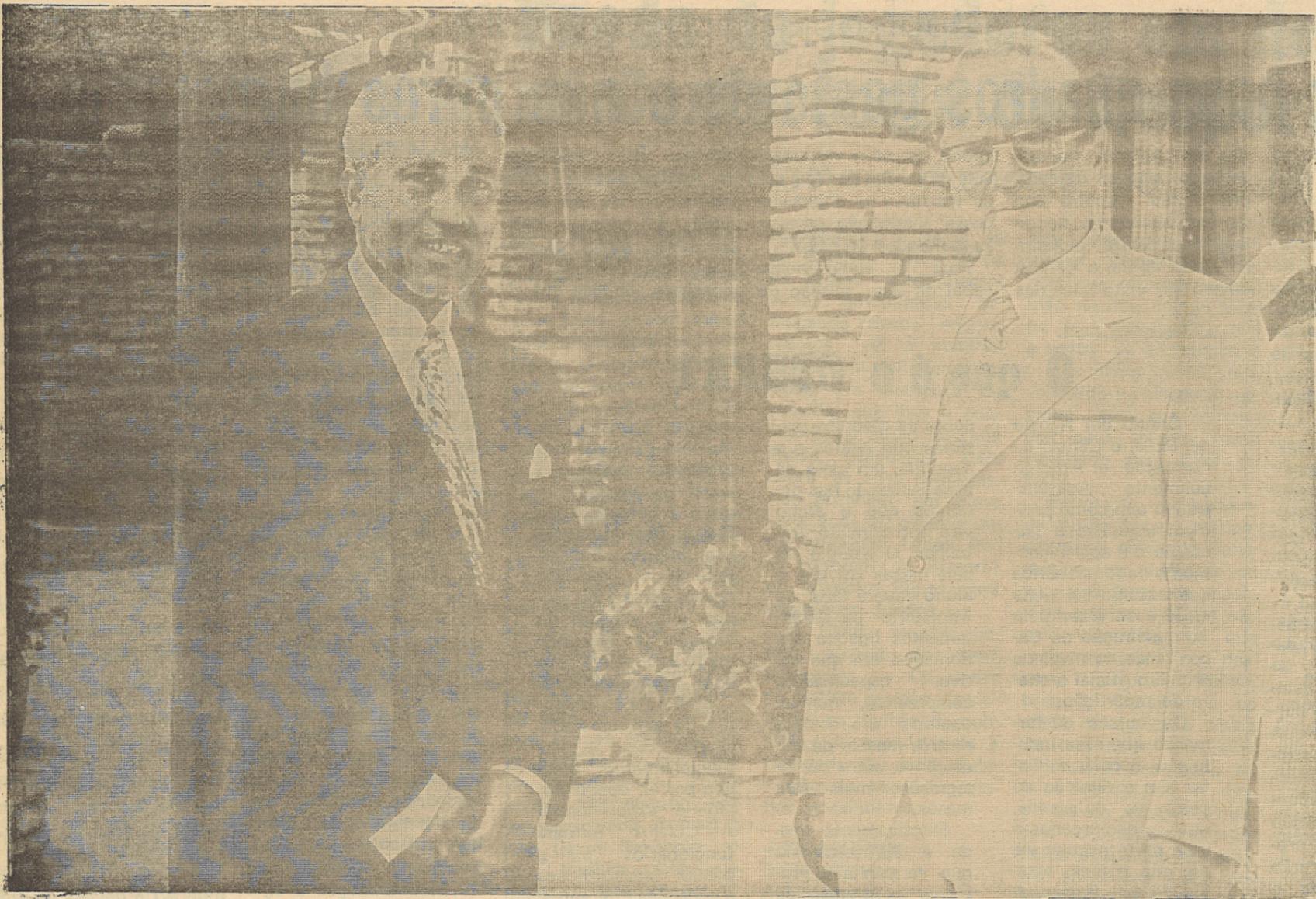
Chegou o momento de acabarmos com os responsáveis e dirigentes que não são capazes de estudar para melhorarem os seus conhecimentos, mesmo no meio do mato, para serem cada dia mais responsáveis,

mais dirigentes a sério. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que, quando se lhes pergunta qualquer coisa sobre o seu trabalho, dizem mentiras. Chegou o momento, camaradas, de acabarmos com responsáveis e dirigentes que são capazes de prejudicar os outros, para não os deixar avançar, com medo que lhes tirem o lugar. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que, quando são transferidos para outro lado, pensam logo que vão morrer, porque perderam o lugar, porque lá onde estavam já tinham formado o seu regulado.

Chegou o momento

de acabarmos com responsáveis ou dirigentes que não são capazes de se entender com os seus camaradas numa Frente ou num Comité Inter-Regional. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que não são capazes de respeitar os dirigentes ou responsáveis que estão acima deles. Chegou o momento de acabarmos com responsáveis e dirigentes que não mostram em cada acto seu, amor pelo nosso Partido, respeito pela direcção do nosso Partido, tendo em consideração que a coisa mais importante da sua vida, é o trabalho do Partido. Mas somos nós todos que temos de acabar com isso, camaradas.





O Presidente Luiz Cabral com o Marechal Tito, único membro fundador sobrevivente do Movimento dos Não-Alinhados

A VI Cimeira dos países não-alinhados, realizada em Havana, de 3 a 9 de Setembro, aprovou uma longa declaração política sobre a vida do movimento não-alinhado e uma série de resoluções sobre os mais quentes temas da política internacional.

Apresentamos hoje aos nossos leitores, pela importância do documento, um primeiro resumo de declaração e das resoluções:

A Declaração Política do grande evento — em cujo preâmbulo se encontram inscritos todos os países membros de pleno direito que assistiram à Cimeira, bem como a dos observadores — começa afirmando que para um número cada vez mais crescente de países, a política de Não-Alinhamento, constitui uma autêntica expressão dos interesses e das aspirações de um número cada vez maior de países e dos povos do mundo.

Os Chefes de Estado e de Governo expressaram a sua profunda satisfação por se terem reunido pela primeira vez na América Latina. Assinalaram que, ao fundar-se o Movimento, somente um país latino-americano, Cuba, se encontrava presente como um dos seus membros fundadores e palco de uma luta incessante do seu povo, para a conquista da sua plena independência, o que lhe veio a permitir desempenhar um papel cada vez mais dinâmico, junto aos seus irmãos da África e da Ásia.

«Ao reunir-se em Havana, 18 anos depois da sua fundação — sublinham — o Movimento está consciente da sua responsabilidade, das suas perspectivas e representa uma grande maioria da humanidade que luta para eliminar as desigualdades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, com vista a fazer suprir a pobreza, a fome, as enfermidades e o analfabetismo e estabelecer uma nova ordem mundial, baseada na justiça, na igualdade e na paz, em substituição da ordem actual, onde a riqueza está unicamente centrada nas mãos de umas quantas potências».

No preâmbulo também se expressa que a libertação não será nunca completa, sem que se seja assegurado um controlo efectivo dos recursos naturais e se haja conseguido um desenvolvimento económico independente, e se possa garantir aos povos condi-

ções de vida dignas e decentes.

«O Movimento dos Países Não-Alinhados — diz ainda o preâmbulo — representa as esperanças e a vontade de milhões de seres humanos, bem como aos que ainda estão privados da liberdade e do direito de decidir o seu próprio destino».

Afirma que o Movimento, que nasceu no meio da desintegração do sistema colonial e da luta emancipadora dos povos da África, Ásia e América Latina e de outras regiões do mundo, e no apogeu da guerra fria, «foi um factor essencial para o processo de descolonização que conduziu ao caminho da liberdade e da independência muitos países e povos e a formação de dezenas de novos Estados soberanos e na preservação da paz mundial».

A Conferência de Havana, reafirma que «a essência da política não-alinhada é a luta contra o imperialismo, colonialismo, neocolonialismo,

racismo, apartheid, sionismo, é a oposição a toda a forma de ocupação e hegemonia estrangeiras e hegemónicas, é uma luta a favor da coexistência pacífica e a não ingerência ou intervenção nos assuntos de outros países; é pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional, sobre uma base de igualdade, respeito a inviolabilidade das fronteiras e a oposição ao uso da força e para a resolução pacífica dos diferendos.

Os Chefes de Estado e de Governo consideram que os acontecimentos dos últimos decénios, demonstraram a validade dos princípios do não-alinhamento e, por conseguinte, se comprometem de novo a pôr em prática esses princípios.

Igualmente, reafirmam que os critérios para a aceitação como membros, devem estar baseados, em que o país requerente tenha adoptado efectivamente, uma política inde-

pendente, assente na coexistência entre os Estados com sistemas políticos e sociais diferentes e de não pertencer a nenhuma aliança militar multilateral, concentrada neste contexto, aos conflitos entre as grandes potências.

A Conferência confirmou, que a política de não-Alinhamento constitui um factor importante e indispensável na luta pela liberdade e independência de todos os povos e países do mundo, expressou o seu agradecimento a todas as forças amantes da paz pelo seu apoio, e declarou a sua disposição de continuar a colaborar com as ditas forças.

A Declaração expressa que, nos momentos em que a Cimeira se celebrava em Havana, o mundo vive uma situação cheia de perigos; mas essa situação é igualmente portadora de alentadoras possibilidades.

Acrescenta que, se intensificam os esforços

para se alcançar a paz, ao mesmo tempo que se fortalecem a solidariedade com os povos, com as causas da Palestina, Chipre, Panamá e outros povos da América Latina, América Central e das Caraíbas.

«A Conferência saúda os êxitos alcançados pelo Irão e Nicarágua, pela sua emancipação, a decisão de estabelecer uma nova ordem económica internacional, a exigência cada vez maior para alcançar o desarmamento geral e completo».

Também manifesta «que as tendências positivas encontram a resistência do imperialismo, do colonialismo e outras forças retardatárias e retrógradas, assim como existem graves ameaças no processo de distensão internacional».

A Conferência observou «que os imperialistas continuam com uma política dirigida a manter os seus interesses no Zimbábue, África do Sul e Namíbia».

SOBRE AS QUESTÕES AFRICANAS

Com respeito às questões africanas, a conferência constatou o papel da luta dos povos africanos e expressou uma profunda preocupação com os planos de desestabilização e agressão do imperialismo. Igualmente expressou que a luta dos Povos Africanos, e especialmente da África Meridional, estavam estreitamente vinculados à revolução anti-imperialista e anti-colonialista ao desenvolvimento do Movimento dos Não-Alinhados.

Igualmente agradeceu aos países socialistas escandinavos pela assistência prestada aos movimentos de libertação.

A Conferência salientou a importância internacional que foi a realização da Conferência de Maputo de uma reunião a nível ministerial dos países membros do movimento, para examinar a situação da África Meridional, aprovado as resoluções formuladas na reunião. Pediu-se aos países que prestassem especial atenção à execução do Plano de desenvolvimento aprovado em Maputo e a ser ampliado pelo Bureau de Coordenação.

Os Chefes de Estado e de Governo felicitaram a Organização de Unidade Africana, OUA, pelos seus 16 anos de existência e reconheceram a importância do instrumento eficaz para promover a paz».

Ao analisar a situação na África Meridional, a Conferência reiterou a sua preocupação com a consolidação da luta dos povos de África do Sul, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, Tomé e Príncipe, e ficou decididamente preocupado com a correlação de forças na região».

A Conferência acordou com satisfação a decisão do governo do Irão de suspender as suas negociações de petróleo à África do Sul. Também ficou profundamente preocupado com a medida adoptada pela Nigéria contra o Tish Petroleum, cujas concessões petrolíferas na Nigéria, haviam sido nacionalizadas, devendo não acatamento do

# DECLARAÇÃO POLÍTICA E RESOLUÇÕES VI CIMEIRA DOS NÃO-ALINHADOS

petrolífero contra a presença, e de não deixar de trabalhar em pro- do regime do apartheid, a África do Sul, principalmente com os parques petrolíferos dependentes do Mar do Sul.

Os Chefes de Estado e de Governo, saudaram a decisão dos Governos da Índia, Grã-Bretanha, Granada e Nicarágua de romper os vínculos que as ligavam ao regime racista do apartheid.

A Conferência chegou à conclusão que a África do Sul, adicionalmente era um dos pontos de tensão nas relações internacionais e um ponto de confrontação entre o imperialismo e as forças do progresso para a paz.

Quando ao chamado do Acordo Interno do Zimbábue, a Conferência manifestou que as fraudulentas eleições de Abril de 1979, eram uma burrada para as legítimas aspirações do povo do Zimbábue e de modo nenhum, constituíram uma vitória.

Pediu o reforço do apoio da Comunidade Internacional e especialmente dos Países Não-Alinhados, para com a legítima luta armada de libertação do Zimbábue, dirigida pela Frente Patriótica, contra o regime racista e ilegal de Salisbúria.

A Conferência observou que a armada ganhava insistência e se estendia por todo o país. Desejou a Frente Patriótica do Zimbábue, leve de igual modo intensivo, esta luta nos planos político e diplomático.

A Conferência reiterou que a Rodésia continuava sendo «uma colónia britânica, governada ilegalmente por uma minoria de racistas e opressores e manifestou a preocupação pelas manobras do governo britânico e por certos elementos do governo dos Estados Unidos, com vista ao reconhecimento do regime ilegal da Rodésia.

A Conferência, igualmente, tomou nota de que os Chefes de Estado e de Governo da Commonwealth, na sua última reunião de Lusaka, recusaram o chamado acordo interno de Zimbábue e reafirmaram o compromisso total com o autêntico governo

no da maioria. Destacou que os resultados de Lusaka, não receberiam nem a aceitação nem o reconhecimento internacionais, salvo se no Zimbábue se estabelecer um autêntico governo de maioria e a independência. A Conferência renovou o seu apoio total à Frente Patriótica, assim como à sua decisão de intensificar a luta armada contra o regime racista e ilegal de Muzorewa.

Assim mesmo, a conferência pediu que se impedisse o fornecimento de petróleo e produtos derivados à Rodésia e condenou o levantamento das sanções económicas impostas pelas Nações Unidas, como, um acto de cumplicidade, com o regime de Salisbúria, sendo recusado toda a forma de reconhecimento ao regime da Rodésia.

A Conferência felicitou a Frente Patriótica pela sua entrada, como membro de pleno direito no Movimento dos Países Não-Alinhados.

Em relação à questão da Namíbia, condenou energicamente o regime racista sul-africano pela sua obstinada negativa a retirar-se do território, e reafirmou o apoio ao direito do povo namibiano à sua independência e à sua integridade territorial. Também reafirmou o seu apoio total e incondicional à luta da SWAPO, como representante único e legítimo do povo da Namíbia.

A Conferência manifestou que a continuada ocupação ilegal da Namíbia pelo regime racista sul-africano, constituía uma agressão não só contra o povo da Namíbia, mas sim contra todos os Estados soberanos da África.

Ela denunciou vigorosamente o estabelecimento de uma «Assembleia Nacional» ilegal e arbitrária, tendo-se declarado categoricamente «que os Países Não-Alinhados não reconheceram, nem cooperariam com esta ilegal «Assembleia».

A Conferência rejeitou firmemente as manobras da África do Sul, no sentido de partilhar a integridade territorial da Namíbia, mediante a anexação da Baía de Walvis, legitimar a farsa eleitoral de 4 de Dezembro de

1978 e instalar um regime neocolonial controlado por Pretória.

Também a Conferência encorajou o povo namibiano, sob a direcção da SWAPO, seu único representante, e lançou uma chamada a todas as forças progressistas para que de imediato incrementem o seu apoio material, militar e financeiro à SWAPO, de maneira a que este possa intensificar a luta armada de libertação. Esta assistência deve concentrar-se no fornecimento de material, no apoio aos programas de treinamento e ao apoio aos refugiados namibianos.

Os Chefes de Estado e de Governo, apoiaram os programas de ajuda humanitária aos namibianos desenvolvidos pelas Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana e outras Organizações Internacionais.

Os Chefes de Estado e de Governo declararam que a luta de libertação na África do Sul, havia já atingido uma etapa decisiva. O regime de Pretória recorre a uma brutal agressão, empregando métodos criminais e fascistas para tentar debilitar e destruir a unidade do povo sul-africano.

A Conferência expressou a sua profunda preocupação pela contínua colaboração económica, militar e nuclear das potências imperialistas, em particular dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, República Federal Alemã e Israel, com o regime racista da África do Sul e condenou resolutamente essa colaboração que havia contribuído para incrementar o potencial bélico de Pretória, incluindo os seus planos de desenvolvimento industrial.

O regime de apartheid desafia a opinião pública mundial com as suas pretensões de ser o defensor da civilização branca cristã e ocidental e o gendarme do chamado «mundo livre» na região.

A Conferência declarou que a África Meridional constituía um único campo de operações, onde a África do Sul do apartheid era um problema estratégico. Os problemas da África Meridional não podem tratar-se separadamente, já

que se encontram vinculados política, económica e militarmente. A Conferência condenou o programa de «bantustanização» das autoridades racistas e repudiou as agressões sistemáticas contra Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Swazilândia e Zâmbia. Também destacou que a África do Sul havia incrementado suas tendências repressivas desde a derrocada do colonialismo português, invadindo e atacando de maneira sistemática Angola, com o único intento de evitar que este país se consolidasse como Estado independente.

A Conferência pediu que seja dada uma ampla ajuda de apoio e de assistência aos Estados da Linha da Frente, que servem de retaguarda segura, na medida em que prestam sua solidarieda-

de militante à luta de libertação dos povos de África Austral.

A Conferência reafirmou que os Estados de Linha da Frente não estavam nem estariam sozinhos, tendo acordado que o apoio financeiro e material a estes Estados deviam ser aumentados, bem como a sua capacidade de defesa, de forma a resistirem às agressões e promover medidas eficazes para preservarem a sua integridade territorial.

Por outra parte, a Conferência expressou a sua profunda preocupação pela grave situação que prevalece no Sahara Ocidental, considerando que a criação do Comité ad-hoc da OUA devia assegurar a livre determinação e independência do povo do Sahara Ocidental quanto antes possível. A Conferência saudou o acordo entre a República

da Mauritânia e a Frente Polisário e a decisão da Mauritânia em retirar as suas forças do território do Sahara Ocidental.

A Conferência, deplora por outro lado, a ocupação armada por Marrocos da parte meridional do Sahara Ocidental, anteriormente administrado pela Mauritânia, (depois do Acordo tripartido de Madrid).

Sobre a Ilha de Mayotte, que se encontra ilegalmente ocupada pela França, expressou-se, à activa solidariedade para com o povo dos Comores, em sua legítima luta pela independência.

Em relação às ilhas Malgaches no Oceano Índico, a Conferência lançou um apelo para que as mesmas se reintegrem na República de Madagáscar, da qual foram arbitrariamente desvinculadas pela ex-metrópole.

## Chefes de Estado saúdam independência da Guiné-Bissau

Num telegrama de felicitações, enviado ao Presidente Luiz Cabral, por ocasião do sexto aniversário da proclamação da independência, o Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República irmã de Cabo Verde, camarada Aristides Pereira, evoca a figura do «imortal filho do nosso povo na Guiné e Cabo Verde», Amílcar Cabral, fundador da nacionalidade guineense e caboverdeana «cuja memória sempre honramos e cuja linha de pensamento nos norteará, sempre, no caminho sonhado da unidade dos nossos povos».

Inúmeros telegramas de felicitações chegaram igualmente à Direcção Superior do Partido e do Estado, sendo de destacar, o enviado pelo novo Presidente angolano, camarada José Eduardo dos Santos que, em nome do povo irmão de Angola, do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho e do Governo angolano, exprime a sua certeza de que «os ideais dos nossos queridos guias — Amílcar Cabral e Agostinho Neto — conduzirão os nossos

dois povos ao progresso social, político e económico».

Por seu turno, o Presidente Manuel Pinto da Costa, do MLSTP e da República de S. Tomé e Príncipe, exprime, em nome do seu povo, partido e governo, «os sinceros desejos de sucessos ao nosso povo, na sua luta de reconstrução nacional».

O Presidente guineense, Ahmed Sekou Touré, exprime na sua mensagem, a certeza de que «o reforço constante dos laços históricos multiformes, existentes entre os nossos dois povos, deverão ser aprofundados e alargados, em benefício mútuo dos nossos dois Estados irmãos». O líder da Revolução guineense reafirma ainda o engajamento do povo, partido e governo do seu país, em tudo fazer para a consolidação das relações existentes entre os dois países. «na certeza de que, a solidariedade será um factor a mais no nosso destino comum».

Mensagens de Idêntico teor chegaram, ainda, dos dirigentes do Congo-Br-

zaville, do Níger, da Mauritânia, do Egipto, da Costa do Marfim, do Sri Lanka, da República Socialista da Checoslováquia e da Inglaterra.

### SOLIDARIEDADE DA UNTA

A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos — UNTA, enviou, por seu lado, à UNTG, um telegrama de felicitações, assinado pelo seu secretário-geral, camarada Pascoal Luvualu, na qual «expressa aos trabalhadores da República irmã da Guiné-Bissau as mais sinceras felicitações por esta data que representa um marco histórico na vitoriosa luta armada do povo guineense, sob a direcção do PAIGC, contra a opressão colonialista». E acrescenta:

«Estamos convencidos que, tal como no passado, os heróicos trabalhadores e o povo guineense, guiados pelo legado imortal de Amílcar Cabral continuarão averbando vitórias na luta para a construção de uma nova sociedade, livre da exploração e da opressão».

O ponto quente da 1.ª Conferência de Desporto, foi atingido na manhã do segundo dia de trabalhos (27), quinta-feira passada, com o debate do relatório apresentado no dia anterior pelo presidente do Conselho Superior dos Desportos, camarada Carlos Correia. O ambiente era convidativo, aliás como vem sendo hábito neste tipo de reuniões, onde só a opinião séria e honesta dos participantes pode levar ao êxito dos trabalhos.

Os camaradas João Bernardo Vieira (Nino), Comissário Principal, Fidélis Cabral de Almada, secretário das Organizações de massas do CNG e Carlos Correia, alertaram nas suas intervenções, os delegados àquela Conferência, da necessidade de um diálogo franco, sobre os problemas do desporto nacional.

Foi assim que, depois da leitura das primeiras mensagens de saudação, apoio e felicitação enviadas à Conferência pelo Comité de trabalhadores do Instituto Nacional de Seguros e Previdência, JAAC e Comissão Nacional de Mulheres, assistimos a um debate ferrenho.

A inscrição para o uso de palavra fora feita no dia anterior e só nesse dia a lista apresentará vinte e quatro nomes.

Os assuntos que maior atenção mereceram dos delegados, relacionaram-se com o êxodo de jogadores, falta de transportes nas deslocamentos das equipas, material desportivo, aumento de subsídio por parte do CSD aos clubes com menos possibilidades financeiras, arbitragem, estruturas da zona-2, formação de quadros técnicos, disciplina, informação desportiva, selecção nacional, Associações Desportivas Regionais.

O camarada Dam Carvalho de Alvarenga, delegado regional de Oio e responsável do desporto daquela região a nível do CSD, apresentou uma proposta ao CSD:

«A meu ver, — disse Dam — o atleta que abandona o País, numa fase difícil em busca de melhores condições não quer mais este país. É nesta base que eu penso que não é admissível que ele venha para cá amanhã desfrutar de melhores condições do que aquele que aceitou enfrentar todas as dificuldades deste momento. Aliás, gostaria de saber as medidas já tomadas ou que o CSD pensa tomar para solucionar este problema, porque não podemos de forma nenhuma permitir que os nossos atletas enquanto capazes vão enriquecendo o desporto português para depois regressarem quando acabados como futebolistas».

Esta proposta de DAM sobre a questão «êxodo de jogadores para Portugal», viria a merecer a atenção de vários outros delegados.

Delfim da Silva, delegado da JAAC, ao referir-se a ela, afirmou que, à JAAC, cabe neste momento um papel importante a desempenhar: «esclarecer e mobilizar os jovens desportistas. Esta situação é, segundo Delfim, criada na maior parte das vezes pelos fanáticos do futebol».

«Para eles, só a cor da camisola é que conta. Chegam a oferecer uma boa soma em dinheiro ao seu «craque». Este, vai-se habituando pouco a pouco a este tipo de ofertas, até não conseguir resistir à ideia de ir procurar mais dinheiro na antiga «metrópole», opinou Delfim da Silva para logo a seguir, solicitar à Conferência uma análise sério do problema, a fim de o pôr termo ou reduzi-lo pelo menos».

João Cardoso, delegado da UDIB, depois de classificar de complexa esta questão, achou que devia sim debater-se seriamente o assunto, mas não tomar medidas que possam vir a complicar tudo. Os restantes intervenientes foram unânimes nas suas opiniões manifestando o seu descontentamento sobre este facto. Os camaradas Carlos Correia e Julião Lopes, respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão que presidia os trabalhos, nada satisfeitos com a questão, propuseram igualmente a tomada de medidas apropriadas.

#### AUMENTO DE SUBSÍDIO

Os delegados regionais e responsáveis de desporto a nível do CSD queixaram-se da falta de informações do CSD, apesar de enviarem constantemente a este órgão, notícias das suas actividades nas regiões.

No que respeita aos transportes, os delegados dos clubes de Bissorã, Buba, Bolama, Gabú, Ténis Clube Tombali e outros, solicitaram ao CSD que lhes ajude a resolver este problema. Os de Tombali e de Bolama, camaradas Raimundo Ro-

# Êxodo de jogadores em debate na Conferência do Desporto

## • Clubes reclamam aumento de subsídios

las e Mariano respectivamente, foram mais além, afirmando terem muitas vezes ficado em Enchudé com fome e sem meios para se transportarem até Bissau e que Bolama, só tem transporte para Bissau, nas quartas-feiras facto que não ajuda o clube bolamense que, com recursos fracos, vê-se impedido de seguir viagem nesta data (quarta-feira), por não suportar os encargos que os seus atletas teriam que fazer em Bissau ou noutra banda do País, até à data da realização do jogo.

«O pior — sublinhou Mariano — é que quando se falta, o clube faltoso tem apenas 48 horas para justificar a sua falta de comparência. Entretanto, nós quando não comparecemos é porque não temos transporte, o que implica falta de meios de fazer chegar ao CSD, a nossa nota justificativa».

Os responsáveis do CSD e da FNF tomaram notas de tudo quanto se levantou, prometendo soluções dentro das possibilidades. Entretanto, no respeitante às faltas de comparência, o camarada Carlos Correia, explicou que o caso ia ser submetido a um estudo sério, porque pode trazer problemas. «Por exemplo — observou — a equipa de Bolama dá uma falta de comparência por razões que merecem até ter em consideração e nós lá no Conselho, decidimos repetir o jogo. E se na jornada seguinte falta a UDIB, o que é que faremos? Repetimos também o jogo? Então teremos muitos encontros para repetirmos numa época. Isso é um problema que vamos resolver com muita atenção sem prejudicar ninguém».

Exceptuando os casos do êxodo de jogadores para o estrangeiro e de transportes, a questão de aumento de subsídios aos clubes com menos possibilidades financeiras foi levantada por quase todos os delegados de clubes que usaram de palavra.

Os campos de futebol Clube de Quinara (Buba) e do Atlético de Bissorã não rendem, segundo os seus delegados, mais de oitocentos a mil pesos, numa partida. Estas duas

agregações e mais as de Bolama, Ténis Clube de Bissau, apresentaram várias dificuldades, começando desde equipamentos, até a material desportivo. Solicitaram ao CSD, um aumento do subsídio que lhes é concedido no início de cada época desportiva para cobrir as suas despesas. Não possuem, por outro lado, sede ou cinema onde organizar bailes (caso concreto de Bissorã) ou projectar filmes para angariarem fundos.

A UDIB, insistiu porém, através dos seus delegados — Constantino Batista e João Cardoso — na divisão de subsídio, de acordo com a realidade de cada clube e não na base dos meios possibilitados.

#### ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS REGIONAIS

Como não podia deixar de ser, o problema dos homens do apito (árbitros), foi também posto. Duas pessoas colocaram questões sobre o sector. António Veiga, delegado de Buba, que falou sobre a ausência de árbitros no único campo oficial da sua região, na última época e pediu ao CSD que tomasse medidas que vi-

sem ultrapassar esta situação. Constantino Batista que reforçou a opinião do seu colega Vieira, que acrescentou que o sector de arbitragem é o que mais falhas tem cometido no desporto nacional, sem que nenhum dos seus filiados fosse castigado pelo CSD ou FNF.

Entretanto, o camarada Julião Lopes, respondendo ao delegado Constantino, na qualidade de vice-presidente de mesa, diria que os árbitros são pelo contrário, os que mais sofreram no desporto nacional. Lembrou a Constantino os actos de agressão física de que estes têm sido vítimas, e nos quais alguns delegados e dirigentes de equipas ajudaram os adeptos e jogadores a baterem no árbitro, só porque o seu clube perdeu. Por outro lado, os homens do apito a evitarem arbitrar partidas em que tome parte a equipa de que são adeptos.

No respeitante à disciplina e material desportivo, o camarada Samba Lamine Mané, presidente da Comissão de Mandato propôs a criação de troféus ou prémios para atribuir à equipa que melhor com-

portamento tiver ao longo da época. Vários outros delegados pronunciaram-se a favor da criação de uma secção de artigos desportivos onde seriam vendidos a preços acessíveis.

O problema da selecção nacional também fora abordado, tendo os intervenientes chamado a atenção da necessidade do começo da preparação do «team» nacional com devida antecedência, e integração na comissão técnica de um preparador físico.

Discutiu-se também a questão da criação de Associações Regionais que em princípio estariam ligadas a FNF e da Comissão Consultiva que deverá integrar representantes de um clube, J.A. A.C. e outras organizações de massas.

Várias mensagens de felicitação e saudação chegaram ainda à Conferência: mensagens de Clube «Os Balantas», de Sporting de Bissau, de Ténis Clube, de Bula Futebol Clube, da UNTG, Totobola, da Comissão Central de Árbitros e da CICER.

## Taça dos Campeões de África

Os jogos da segunda mão, dos quartos-de-final, da décima quinta Taça de África dos clubes campeões, desenrolar-se-ão amanhã, em diversos campos de países africanos.

Assim, em Accra, ao Hearts of OKS (Ghana) opõe-se o Hafia (Guiné). Em Lagos, estarão frente a frente as equipas de Racka Rover (Nigéria) —

US Gorée (Senegal); em Kinshasa, Imana (Zaire) — Zamalek (Egipto) e por último, o Caiman de Doula (Camarões), defrontará uma equipa de Lesoto.

## Stella-campeão da Costa do Marfim

A equipa de Stella-Club de Abidjan, sagrou-se campeão de futebol da Costa do Marfim, da época de 1978/79, ao bater, no decorrer da 18.ª e última jornada desta competição, a equipa de ASEC de Abidjan, por três bolas a duas.

O Stella-Club ganhou, desta forma, o seu primeiro título, depois da independência da Costa do Marfim em 1960, sucedendo assim, ao Africa-Sport.

## Árbitros femininos no boxe

Pela primeira vez, na história do boxe cubano, duas mulheres, subirão o ringue, como árbitros desta modalidade. Grisel Ro-

driguez, antiga voleibolista e médica numa policlínica de Havana, e Fe Gonzalez, assistente técnica-

médica, receberam com efeito, esta semana, as suas licenças de árbitros, depois de um estágio.

**Grave situação política no Haiti**

MONTREAL — O clima político do Haiti agravou-se nas últimas semanas, devido ao aumento da repressão contra os sectores progressistas e a população haitiana — declararam viajantes provenientes deste país e entrevistados pela Prensa Latina.

O líder do Partido Democrata-Cristão, Sylvio Claude, foi preso e espancado pela força da segurança do regime de Jean Claude Duvalier.

As pessoas entrevistadas pela Prensa Latina confirmaram que os «Ton Tons Macoutes» patrulham as ruas de Port-au-Prince e que no interior do país, várias vítimas deste órgão repressivo foram assinaladas.

Milhares de exilados desta cidade e de Nova-Yorque indicaram que há um novo espírito de rebelião no Haiti, em diversos sectores da população que se concretiza com a formação de várias associações e partidos políticos. Além do Partido Democrata-Cristão, fundado por Sylvio Claude em Julho último, um outro partido do mesmo nome foi organizado por Gregoire Eugene, que é procurado pelos corpos repressivos de Duvalier.

As mesmas fontes assinalaram numerosas prisões realizadas no Haiti, entre as quais, a de Gerard Resil, um dos signatários de uma carta a censurar peças de teatro e de filmes. Os intelectuais, Bernier Pierre e Frantz Voltaire, também foram presos e expulsos do país e encontram-se no Canadá.

Um outro elemento que confirma a recrudescência da repressão por parte do regime de Duvalier, é a comunicação feita pelo ministro do Interior aos jornalistas da rádio e da imprensa, advertindo-os em tom ameaçador, que «nenhuma informação poderá ser difundida sem passar primeiro pela censura». — (PL)

**Grã-Bretanha atrasa os trabalhos da conferência sobre o Zimbabwé**

— acusa Joshua N'komo

LONDRES — Joshua Nkomo, co-presidente da Frente Patriótica do Zimbabwé, acusou onetm, a delegação britânica na conferência «constitucional» sobre a Rodésia, de perturbar o bom andamento dos trabalhos.

Numa declaração a France Presse, Nkomo indicou que, os responsáveis britânicos ainda «nao reagiram positivamente às propostas constitucionais apresentadas na passada segunda-feira pela Frente Patriótica». O dirigente nacionalista acrescentou que, «portanto, perdemos um tempo precioso».

O problema da formulação de uma nova Constituição para o Zimbabwé, «deve ser resolvido rapidamente», a fim de se poder abordar a questão das disposições militares e administrativas para o pe-

ríodo transitório antes da organização de eleições, disse Nkomo.

Estava inicialmente previsto que as três partes na conferência (Grã-Bretanha, Frente Patriótica e o regime fantoche de Salisbúria) confirmariam o seu acordo de princípio sobre as posições constitucionais britânicas antes do fim desta semana. Contudo, parece que, agora, há poucas hipóteses deste acordo ser aprovado antes do fim da próxima semana.

O projecto britânico prevê, essencialmente, a supressão do mecanismo actualmente em vigor, que permite aos deputados brancos bloquear qualquer emenda na Constituição. As três partes tinham chegado, a meio desta semana, a um acordo de princípio que seria um primeiro passo no sen-

tido da resolução definitiva da crise rodésiana.

No entanto, os britânicos consideram que a minoria branca da Rodésia deve beneficiar de 20 por cento de votos no futuro parlamento, durante um período de cinco a dez anos. A proposta da Frente Patriótica prevê que a futura Assembleia Nacional do Zimbabwé independente será alargada de 100 a 120 membros, 24 dos quais poderiam ser eleitos apenas pelos brancos. Isso significa que, a minoria, que representa quatro por cento da população, disporá de 20 por cento dos lugares. Mas, a frente estima que, esta concessão não deve ultrapassar três anos.

Um representante da Frente Patriótica sublinhou que, este plano constitui uma «concessão muito grande, feita por razões

psicológicas» destinada a apaziguar «os receios sem fundamento dos brancos».

Por seu lado, os representantes do regime fantoche de Salisbúria, ávidos de poder, aceitaram a proposta britânica, com a condição de Londres levantar rapidamente as sanções económicas contra a Rodésia. Muzorewa receia que a chegada ao poder da Frente Patriótica provoque uma partida massiva dos 250 mil brancos rodésianos que são o apoio do seu governo ilegal.

O chefe da delegação britânica, Lord Carrington, espera contudo poder apresentar na próxima terça ou quarta-feira, uma versão quase definitiva destas propostas constitucionais, que deverá em seguida ser estudada pelas duas delegações africanas.

**Guatemala: 20 mil pessoas mortas por grupos paramilitares fascistas**

BRUXELAS — A secção francófona da Bélgica, da «Amnistia Internacional», revelou, num relatório sobre a situação na Guatemala, publicado anteontem, que se registaram 300 casos de pessoas «desaparecidas», raptadas pelos esquadrões da morte, grupos paramilitares semi-oficiais.

A secção da «Amnistia Internacional» considera também que, mais de 20 mil guatemaltecos foram mortos desde 1966 por estes «esquadrões da morte», que «raptam, interrogam e torturam as suas vítimas antes de matá-las».

As informações obtidas pela Amnistia denunciavam, também, a repressão sobre jornalistas, sin-

dicatos e as perseguições religiosas na Guatemala.

**PRISÃO DE JUAN MARI BRAS**

O secretário-geral do Partido Socialista de Porto-Rico (favorável à independência) Juan Mari Bras, foi preso na segunda-feira em San Juan, por

ordem do juiz federal americano. Foi detido no aeroporto, quando se preparava para partir para a Assembleia Geral da ONU, em Nova-Yorque, onde deveria encontrar-se com o presidente da Assembleia, Salim Ahmed Salim.

O comité central do

Partido Socialista de Porto-Rico, qualificou a prisão de Juan Mari Bras, de acção repressiva e de tentativa massiva de sufocar a solidariedade internacional com a luta do povo portorriquenho, pela independência e autodeterminação. (FP, ADN)

**Tolbert contra anulação das sanções**

NOVA YORK — O chefe de Estado da Libéria, William Tolbert, presidente em exercício da OUA, discursou anteontem, perante a 34.ª Assembleia Geral da ONU, tendo declarado, a propósito do problema rodésiano, que qualquer anulação das sanções contra o regime Muzorewa «será considerada um acto de hostilidade para com a África», e pediu o reforço da ajuda aos países da «primeira linha».

Referindo-se ao Sahara Ocidental, o presidente da OUA, citou as decisões da cimeira de Monróvia a este respeito, precisando que, o «comité dos sábios», prossegue as suas iniciativas sobre este conflito. Insistiu também, na necessidade do respeito pela

integridade territorial e das fronteiras da Mauritânia.

Tolbert reafirmou, a determinação da OUA, de actuar vigorosamente, em colaboração com os países Não-Alinhados e outras organizações regionais, a fim de realizar um plano de acção, com vista a uma nova ordem económica mais justa. (FP)

**Racistas deixam cair a máscara**

A aviação sul-africana bombardeou a cidade angolana de Lubango e matou dezenas de pessoas. Aviões militares e forças terrestres rodésianas penetraram profundamente no interior da província de Gaza, em Moçambique, causando graves estragos na infraestrutura civil e militar.

Tudo isto passou-se esta semana, na África

Austral. As vítimas, foram os Estados soberanos e independentes de Angola e Moçambique.

Mas quem são os autores destas agressões qualificadas oficialmente de «operação defensiva? Que defendem? E porque sempre esta forma agressiva e bárbara de «defesa»?

A instauração dos regimes populares e revolu-

cionários de Angola e Moçambique no sul do continente, veio dar mais vigor à luta libertadora dos patriotas da Namíbia e do Zimbabwé, contra o jugo colonial. Os governos minoritários e racistas da África do Sul e da Rodésia, últimos reminiscências da velha ordem colonial em África, acusam o golpe.

Hoje, precisamente, no

momento em que a Grã-Bretanha, esgotadas todas as manobras, é obrigada a negociar com os representantes do povo do Zimbabwé em armas, a África do Sul e a Rodésia, voltam a agredir Angola e Moçambique, cada um por seu lado, mas numa operação combinada e coordenada. É que se a Frente Patriótica tomar o

poder no Zimbabwé, será o adés para o regime de Pretória.

Receosos de que Smith e Muzorewa saiam derrotados da conferência de Lancaster House, os racistas de Pretória e Salisbúria atacam mais uma vez Angola e Moçambique, numa demonstração de força, destinada a fazer pressão sobre a conferência, sobre os países que apoiam os movimentos de libertação.

**NACIONALIZAÇÕES NA ETIÓPIA**

ADDIS-ABEBA — Na Etiópia, todos os serviços do tráfico marítimo e do transporte de mercadorias serão controlados, agora, por uma sociedade nacional recentemente formada. O Estado anulou as licenças das empresas capitalistas, privadas e estrangeiras que trabalham presentemente neste domínio. — (ADN)

**URÂNIO NA LIBÉRIA**

MONRÓVIA — O urânio foi descoberto na Libéria, anunciou anteontem o «New Libéria», órgão oficial do Ministério liberiano da Informação. Este jornal citou a este propósito uma declaração feita pelo presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros, de que a sociedade americana «Coastal Tate Gás», encarregada da prospecção, tenciona confirmar ao governo que o urânio foi efectivamente descoberto. — (FP)

**PRIMEIRO-MINISTRO DA RASD NA ZÂMBIA**

LUSAKA — O Primeiro-Ministro da República Árabe Saharaui Democrática, Mohamed Lamine Ould Ahmed chegou anteontem à tarde a Lusaka, para uma visita de três dias. O Primeiro-Ministro saharauí declarou que, irá tratar com os responsáveis zambianos sobre a guerra que o seu país conduz contra o Marrocos. — (FP)

**ELEIÇÕES NA DINAMARCA**

Anker Joergensen, Primeiro-Ministro social-democrata dinamarquês, anunciou anteontem em Copenhague, a demissão do seu governo de coligação social-democrata-liberal. Eleições legislativas antecipadas realizar-se-ão em Outubro. — (FP)

**REPRESSÃO NO CHILE**

A justiça militar chilena, foi encarregada do dossier constituído depois da morte dum professor, Frederico Alvarez Santibanez, de 32 anos, falecido em Agosto último, após a sua detenção pelos serviços de segurança chilenos.

O tribunal civil chileno, declarou-se desconhecedor deste assunto. Frederico Alvarez, fora preso pela polícia militar. Segundo os meios próximos da igreja católica chilena, Frederico Alvarez, acusado de pertencer ao Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR — clandestino), teria morrido, vítima das torturas que sofreu durante a sua prisão.

# RDA: 30 anos de relações com os povos em luta

A Associação de amizade Guiné-Bissau/RDA em colaboração com a Embaixada Alemã no nosso país, leva a efeito uma semana de comemorações do 30.º aniversário da fundação deste país amigo e o segundo da criação da Associação.

A semana teve início na passada quarta-feira com a inauguração, no «hall» do salão do III Congresso, duma exposição alusiva às conquistas no domínio da ciência e da técnica, alcançadas pelo valente povo alemão.

No acto solene estiveram presentes vários dirigentes do Partido e Estado, entre os quais o camarada Agostinho Cabral d'Almada, do CSL e Presidente da Associação, Umaru Djaló, do Secreta-

riado Permanente e Comissário das Forças Armadas, Constantino Teixeira, também do Secretariado Permanente e Comissário do Interior, Mário de Andrade, Comissário da Informação e Cultura e Fidélis Cabral de Almada, Comissário da Justiça.

Depois da intervenção do embaixador alemão, caberia ao camarada Luís Cândido, Director de serviços do Comissariado do Desenvolvimento Rural, retribuir as palavras do diplomata. O camarada Luís Cândido falou das conquistas do povo da RDA e das frutuosas relações de cooperação existentes entre os nossos dois estados e governos.

Logo depois da inaugu-

ração da exposição, teve lugar a projecção dum filme sobre a visita do camarada Aristides Pereira à RDA e uma entrevista dada pelo imortal líder Amílcar Cabral naquele país. A projecção de filmes terminará na próxima segunda-feira, realizando-se na terça, uma recepção que assinalará o segundo aniversário da Associação de Amizade Guiné-Bissau/RDA. Na quarta-feira, dar-se-á início a um torneio de volei, para disputa das taças «30.º aniversário da RDA» e «2.º aniversário da AAG-B/RDA». A semana de comemorações terminará no próximo sábado dia 6, com a final do torneio e entrega dos troféus às equipas vencedoras.

## Registo Cenas de aeroporto

Fazia um calor insuportável àquela hora no aeroporto.

Dentro de pouco tempo, iria partir o avião da companhia Portuguesa-TAP.

Gente, que confusão! Indescrevível! Além das pessoas que davam um simples passeio até ao aeroporto para «verem» o avião da TAP, dos guichets às pessoas presas pela normal emoção dos que partem até à voz modelada e segura da hospedeira que de momento a momento se fazia ouvir, tudo era movimento.

Mesmo naquele recanto da secção do artesanato, onde se desenrolava a conversa vulgar que se entabula entre o comprador e o vendedor até certo limite!... Era a pergunta de um cooperante que termina-

da sua estadia no país, pretendia comprar as últimas recordações: «Quanto custa esta estatueta?»

A empregada com um olhar distraído responde: «Trezentos pesos!»

O cooperante compra, guarda, vê novamente algo que lhe agrada. «E isto?»

A empregada com um gesto de enfado exclama para um incredulo cooperante: «'n cá sibi, 'n cá na conta, 'n cansa conta press».

Desagradável na verdade! Até quando poderemos continuar a assistir a estas cenas?

Até quando, pessoas, cooperante e não só, poderão nos últimos momentos, na nossa terra, levar deste tipo de «recordações»?

## Editorial

(Cont. da 1.ª pág.)

em conteúdo social, à escolha que fizemos entre as melhores opções. Poderemos hoje ter um Desporto aparatoso, «cheio» de proezas e resultados? Não! Não podemos. Está ao nosso alcance, para já, correr, saltar, «discar» ou jogar de igual para igual com aqueles competidores adestrados e fartinhas de rodar? Não! Não está ao nosso alcance. Nesse caso, o melhor dos rumos o mesmo a escolha do possível ajustando a actividade à realidade.

Na Guiné-Bissau, com efeito, a melhor das opções (agora trata-se objectivamente do Desporto), é tornar possível um Desporto, cuja estrutura não desconheça o país real, a sociedade real, os meios reais. É possível fazer um certo Desporto, transmitir-lhe uma vida própria, uma tonalidade própria, dentro dos nossos condicionalismos e limitações. No Atletismo, pode estabelecer-se um conjunto de marcas devidamente concebidas para os nossos praticantes, para as suas reais possibilidades. No Futebol e noutras modalidades em que, tática, estratégia, resistência e imaginação, intervêm de modo global, é igualmente possível estabelecer certos «máximos de rendimento», descontada aquela margem toda do «inesperado» que sacode as competições de Futebol, Andebol, Basquetebol, etc. «Máximos de rendimento» que dizem de facto, respeito aos nossos praticantes, ao nosso meio, à nossa gente, às nossas possibilidades actuais. Progredir, é uma coisa bem diferente; não há progresso possível quando em vez de jogarmos o jogo do possível queremos jogar o jogo do impossível. E o progresso desejado, esse só vem quando de uma maneira ordenada partirmos das nossas limitações, da nossa realidade, a caminho do futuro. Assim, é certo e sabido que, amanhã, correremos e jogaremos melhor. Certos da nossa própria evolução. Cientes de que tudo aquilo que fizermos melhor não serão obra do acaso, mas sim uma obra do nosso realismo e do nosso trabalho.

## Ajuda da Dinamarca

Uma ajuda alimentar de 4.600 toneladas de arroz, avaliada em cerca de 50 milhões e 676 mil pesos guineenses, foi concedida ao nosso país pelo Governo da Dinamarca.

Enquadrada no programa de apoio feito pelo nosso Governo com vista a fazer face aos fracos recursos agrícolas, resultantes da irregularidade da distribuição das chu-

vas, nos últimos anos o donativo foi feito através da DANIDA, organismo dinamarquês para a cooperação e ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

O carregamento de arroz chegou ao nosso país no passado dia 25.

Recorde-se que o nosso Governo tem vindo a levar a cabo acções junto

de organismos internacionais, nomeadamente o CILCS (Comité Internacional de Luta Contra a Seca, e que tem contribuído grandemente na resolução dos problemas dos países da zona do Sael) e de países amigos, no sentido de conseguir ajuda alimentar que permita satisfazer as necessidades das populações que têm vindo a sofrer nos últimos anos os efeitos da seca.

## Nova Convenção de Lomé

(Cont. da 1.ª pág.)

especial da Comunidade Económica Europeia.

Referindo-se ainda à reunião ministerial de Bruxelas, explicou que na própria Convenção far-se-á menção dos pontos em que não foi possível chegar a um total acordo e indicar-se-á uma ou outra posição tomada unilateralmente. «Posso dizer, — salientou que de uma maneira geral, houve progressos no que respeita a aceitação de certos produtos, por exemplo dos Tabex, que deviam ser objecto de transações no domínio da cooperação agrícola e técnica e, também, no respeitante à cooperação técnica e financeira».

O problema de montantes a fixar como verba para programas indica-

tivos foi um dos temas também largamente debatido: «Aí, informo, não podemos fazer aceitar todas as nossas reivindicações. No entanto, houve um aumento em relação ao montante previsto anteriormente, se tivermos em conta também o aumento do número de países dos ACP. «No respeitante ao nosso país, adiantou Vasco Cabral, sabe-se desde já que vamos receber um montante mais elevado do que aquele que recebemos para os cinco anos anteriores».

Fora da reunião ministerial, o camarada Vasco Cabral manteve conversações com elementos da CEE, particularmente com o seu Comissário Político, Claude Cheison e com o director do Departamento de Desenvolvi-

mento e a Direcção-Geral, com quem analisou a situação em relação ao país. No encontro com o ministro belga da Cooperação foi discutido a cooperação com aquele Governo que, segundo o camarada Comissário, existe no papel mas que ainda não se concretizou. Depois dessa reunião foi decidida a ajuda em alguns domínios concretos no que respeita a certos financiamentos e, particularmente, no domínio dos fostatos.

Por outro lado, foram ainda contactadas organizações não-governamentais com os quais existem uma série de projectos em curso, a maior parte deles já aceites, sendo outros dependentes do Governo belga que garante parte do financiamento.

## Breves

Uma missão técnica portuguesa, no domínio das pescas, deverá deslocar-se ao nosso país, em Outubro próximo, com o objectivo de analisar com as nossas autoridades governamentais as possibilidades de concretização do projecto de construção de uma empresa mista de pesca entre os dois países. A notícia foi dada pelo camarada Joseph Turpin, secretário de Estado das Pescas, no regresso de Moscovo, onde tratou com as autoridades soviéticas de questões ligadas com a empresa mista guineense-soviética «Estrela do Mar».

A deslocação a Bissau da missão portuguesa, que será constituída por um alto funcionário da Secretaria de Estado das Pescas portuguesa e por armadores, representando interesses públicos e privados, foi decidida durante um encontro entre os dois titulares daquelas pastas, na escala que Joseph Turpin efectuou em Lisboa. Dos resultados das conversações entre as duas partes, dependerá a deslocação ou não, provavelmente em Novembro próximo, do Secretário de Estado português das Pescas, para a assinatura do acordo final naquele domínio.

## S. Tomé e Príncipe

### Destituição de Miguel Trovoada

Segundo agências noticiosas estrangeiras, Miguel Trovoada que ultimamente desempenhava o cargo de Ministro de Comércio, foi destituído de todas as funções que ocupava a nível partidário e governamental. Esta medida teria sido tomada no seguimento de uma reunião do Comité Coordenador do MLSTP, durante a qual foram provadas as responsabilidades do antigo primeiro ministro em acções de carácter subversivo contra a segurança do Estado. As mesmas fontes indicam que Miguel Trovoada se encontra refugiado na delegação das Nações Unidas na cidade de S. Tomé.